



A complexidade do desenvolvimento socioeconômico e o papel da política industrial: uma leitura a partir da Assessoria Econômica de Getúlio Vargas

*The complexity of socioeconomic development and the role of the industrial policy: an interpretation
from the Economic Advisory Board of Getúlio Vargas*

Marcelo Toma Oliveira*

Ramón García Fernández♦

RESUMO: O objetivo deste trabalho é resgatar algumas das inúmeras contribuições dos intelectuais que fizeram parte da Assessoria Econômica de Getúlio Vargas no seu segundo governo (1951-1954), tanto nos aspectos práticos dessas contribuições, bem como os teóricos. No presente artigo deu-se prioridade aos aspectos teóricos que os pensadores da Assessoria Econômica nos deixaram. Entretanto, também é de fundamental importância destacar que os aspectos práticos servem como inspiração e ponto de referência para orientar esta pesquisa na busca pelo arcabouço teórico desses intelectuais. Considera-se que as mudanças estruturais que estavam sendo empreendidas no segundo governo de Vargas – com participação ativa da Assessoria Econômica – foram fundamentais para dar continuidade ao processo de modernização industrial do Brasil iniciado após a Revolução de 1930. O protagonismo dado ao desenvolvimento socioeconômico e o papel atribuído à política industrial no pensamento dos membros da Assessoria Econômica selecionados para essa pesquisa constituem o foco do presente trabalho.

Palavras-chave: Assessoria Econômica. Getúlio Vargas. Desenvolvimento socioeconômico. Política industrial.

ABSTRACT: The objective of this paper is to rescue some of the countless contributions of the intellectuals who were part of the Economic Advisory Board of Getúlio Vargas in his second government (1951-1954), both in the practical aspects of these contributions, as well as the theoretical ones. In this article, priority was given to the theoretical aspects that thinkers of Economic Advisory Board left for us. However, it is also of fundamental importance to emphasize that the practical aspects serve as inspiration and reference point to guide this research in the search for the theoretical framework of these intellectuals. It is considered that the structural changes that undertaken in the second Vargas government – with the active participation of the Economic Advisory Board – were fundamental to continue the process of industrial modernization in Brazil initiated after the Revolution of 1930. The leading role given to the socioeconomic development and the role attributed to industrial policy by the thought of the members of the Economic Advisory Board selected for this research are the focus of this work.

Keywords: Economic Advisory. Getúlio Vargas. Socioeconomic development. Industrial policy.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFABC e bolsista CAPES. Email: moliveira1996@hotmail.com

♦ Professor do CECS/UFABC, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFABC. Email: ramon.fernandez@ufabc.edu.br



Introdução

O presente trabalho busca resgatar algumas contribuições práticas e teóricas de membros da Assessoria Econômica do presidente Getúlio Vargas, em seu segundo governo (1951-1954). Essas contribuições inspiraram nesses anos um projeto de desenvolvimento socioeconômico que possivelmente o Brasil poderia retomar, adaptando-o ao contexto atual. A Assessoria Econômica da Presidência da República foi criada em 1951, com a tarefa de ajudar o presidente Vargas a compreender melhor a situação econômica do país; além dessa tarefa, a Assessoria Econômica também tinha que auxiliar na elaboração de políticas de fomento nacional.

Neste trabalho se tentará apresentar algumas contribuições teóricas formuladas pelos membros da Assessoria Econômica, tendo em vista a competência e a diversidade de pensamentos presente nesse grupo de intelectuais. Apesar dos membros da Assessoria Econômica terem sido, sobretudo, homens da prática, isto é, pessoas que estavam inseridos e trabalhando no aparelho estatal¹, considera-se interessante resgatar neste artigo contribuições teóricas que foram deixadas por eles, pois o tempo histórico em que esses intelectuais trabalharam na máquina pública foi um momento de sucesso das políticas de modernização industrial no Brasil. Nesse sentido, considera-se importante trazer à tona as ideias de alguns desses membros.

Na primeira seção deste artigo será apresentada com maiores detalhes a Assessoria Econômica de Vargas, através de uma descrição breve, mas que será importante para contextualizar a importância que o grupo teve em sua época. Além disso, irá se apresentar seus membros atuantes e de, forma resumida, os resultados práticos de suas ações.

Na segunda seção será apresentada a metodologia de análise escolhida para o presente trabalho, bem como o critério de escolha adotado para selecionar os membros da Assessoria Econômica cuja obra será trabalhada neste artigo. No caso selecionou-se Ignácio Rangel, Rômulo Almeida, Glycon de Paiva e Mário da Silva Pinto. Também trabalhamos nessa seção do artigo com algumas curiosidades a respeito do pacto varguista traçado na época.

¹ A maioria de seus membros não eram propriamente acadêmicos – existem nuances importantes para se compreender melhor isso, ao longo do texto, trataremos mais detalhadamente sobre elas. O único que se aproximava mais desse perfil acadêmico é Ignácio Rangel, mas mesmo assim isso não significa que ele não deva ser considerado como um economista da prática também. Deve se considerar, por sua vez, que as atividades propriamente acadêmicas no Brasil ainda eram incipientes: as primeiras universidades tinham pouco mais de vinte anos, e os primeiros cursos universitários de Economia eram mais recentes ainda (Castro, 2001).



Já na terceira e última seção serão apresentadas contribuições teóricas dos membros da Assessoria Econômica, que foram selecionados para este artigo. Aqui também serão dados maiores detalhes de como existem complementaridades de pensamento entre estes intelectuais. Além disso, se tentará fazer a leitura a respeito das heranças teóricas deixadas pelos membros da Assessoria Econômica utilizando, de forma auxiliar, contribuições de outros autores, pois consideramos que isso possa ser útil para uma melhor compreensão do que foi desenvolvido pelos primeiros. Ao final serão apresentadas algumas conclusões acerca da discussão proposta.

1. A Assessoria Econômica do presidente Vargas: contexto histórico, seus membros e sua ação prática

A Assessoria Econômica, criada em 1951 por Getúlio Vargas em seu segundo governo, era um órgão da Secretaria da Presidência da República. Lembre-se que Vargas fora eleito presidente do Brasil com uma expressiva votação popular na disputa de 1950; todavia, mesmo nessa conjuntura, a correlação de forças da política não lhe era muito favorável, pois parte da elite dirigente do país não queria que o ex-presidente, por eles considerado caudilho, retornasse. Por isso, um pouco depois de tomar posse no cargo (início do ano de 1951), o presidente Vargas – movido pela preocupação de encontrar formas de dar continuidade ao projeto de desenvolvimento nacional – decidiu criar sua própria assessoria especial; para a tarefa de comandá-la, o mandatário da nação escolheu o advogado e economista baiano Rômulo Almeida – na época diretor da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O presidente Vargas incumbiu a Almeida a tarefa de organizar um grupo de assessores que pudesse auxiliar o governo a realizar análises acerca da situação da economia brasileira, além de ajudá-lo a elaborar políticas de fomento nacional.

Segundo Neto (2014), caberia a Almeida recrutar novos membros para a recém-criada assessoria. A orientação era que o recrutamento fosse feito dentro dos próprios quadros federais, por isso Almeida escolheu funcionários que estavam em outras repartições do governo. O *status* de “segundo homem” da equipe de assessoramento foi destinado ao sociólogo Jesus Soares Pereira, um técnico de tendência política esquerdista, ex-integrante do Conselho Federal de Comércio Exterior e que, na época, era diretor da Divisão de Estudos de Economia Florestal. Completando a assessoria, integrou-se à equipe Cleanto de Paiva Leite, um especialista em assuntos de política externa e funcionário de carreira do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).



No sentido de reforçar a equipe e torná-la ainda mais plural e crítica, o presidente Vargas pediu que um time de notáveis especialistas fossem incorporados a Assessoria Econômica. Nomes como: Ignácio Rangel, Tomás Pompeu Accioly Borges, Mário da Silva Pinto, Glycon Paiva, Saldanha da Gama, Ottolmy Strauch e João Neiva de Figueiredo, entre outros, foram sendo integrados à equipe. Como afirma Neto (2014, p. 208), os escolhidos constituíam um “...seleto grupo versado nas áreas de planejamento, gestão pública, política industrial, energia elétrica, e recursos naturais”. Alguns dos citados, inclusive, tinham contato direto com o presidente da República – auxiliando o mandatário da nação em decisões importantes.

A grande influência exercida pelos membros da Assessoria Econômica junto ao presidente Vargas era resultado do contexto histórico, político e estratégico da época. Vargas assumiu o governo pela segunda vez como sucessor do presidente Eurico Dutra. O governo deste último foi marcado por alguns períodos de forte liberalismo, além de uma política externa de alinhamento muito próximo com os Estados Unidos. A campanha de Vargas, em 1950, prometia dar continuidade ao legado de seu primeiro governo e adotava nesse sentido um tom nacionalista junto a uma ideia de industrialização do país (Ribeiro, 2014).

Na execução desse programa, Vargas não poderia simplesmente ignorar seus opositores, pois para governar necessitava manter algum grau de interlocução; por isso, teve que compor com forças ligadas a grupos conservadores/liberais.² Nesse sentido, a Assessoria Econômica seria uma espécie de contrapeso ao liberalismo presente na maioria dos ministérios. Como relatado pelo próprio Cleanto Leite: “Bom, a Assessoria foi uma solução informal, e eu acho muito imaginativa, do presidente Getúlio Vargas, para escapar ao cerco político ao qual ele tinha sido obrigado na escolha dos seus ministros” (Leite, 1988, *apud* Santos, 2006, p. 25-26).

Segundo Vianna e Villela (2005), a criação de importantes empresas estatais que mais tarde provariam sua importância para o processo de industrialização do país, como o BNDE, a Petrobras e a Eletrobras, foram concebidos a partir de projetos que tiveram participação de técnicos da Assessoria Econômica em sua elaboração. Os resultados propiciados por esses projetos foram fundamentais para

² Por isso, Vargas colocou no Ministério da Fazenda o líder da FIESP, Horácio Lafer. E para coordenar a política monetária – na época, via Banco do Brasil – foi escolhido Ricardo Jafet, ambos representantes do projeto das elites de São Paulo e adeptos do liberalismo.



a criação da estrutura institucional e produtiva que sustentaria o processo de modernização industrial das décadas seguintes.³

2. Critério de seleção e metodologia

Para a elaboração deste artigo optou-se por trabalhar com as teorias de quatro membros da Assessoria Econômica; todavia, antes de apresentar quais foram esses autores escolhidos considera-se importante fazer algumas ponderações acerca do critério de seleção adotado.

Primeiramente, para essa tarefa é importante trazer à tona descobertas que a dissertação de Santos (2006) nos propicia. Segundo a autora, a Assessoria Econômica pode ser dividida em dois grupos: a Assessoria Básica e a Assessoria Ampla. A diferença mais importante é que no primeiro grupo os técnicos tinham pleno acesso à íntegra dos projetos do governo. Outro aspecto interessante a ser destacado é que na Assessoria Básica havia um núcleo duro fixo. Enquanto que a Assessoria Ampla era composta por membros que tiveram passagens eventuais na equipe, colaborando de alguma forma. O critério de seleção dos membros da Assessoria Econômica era técnico, isto é, baseado na competência de seus membros. Entretanto, o critério diferencial para escolher quem pertencia a Assessoria Básica e quem não era o nacionalismo. Portanto, todos os membros da equipe básica se identificavam com o nacionalismo em diversas esferas de atuação, como carvão, petróleo, política exterior e eletricidade.

Segundo Santos (2006, p. 13) faziam parte da Assessoria Básica “Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira, Ignácio Rangel, Cleanto Leite, João Neiva de Figueiredo, Ottolmy Strauch, Saldanha da Gama e Tomás Pompeu Accioly Borges”. E quanto aos membros da chamada Assessoria Ampla, isto é, aquelas pessoas, que tiveram passagens eventuais na assessoria de Vargas, a autora cita os seguintes nomes: “Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Domar Campos, Mário da Silva Pinto, Glycon Paiva, Almirante Lúcio Meira, Leães de Medeiros e Vinícius Berredo” (p. 13).

Tendo em vista essas características do grupo, decidiu-se que no presente artigo irá se trabalhar com teorias de dois membros da Assessoria Básica (Rômulo Almeida e Ignácio Rangel) e

³ Já no curto prazo houve resultados robustos no que diz respeito à industrialização. Segundo Vianna e Villela (2005), no ano de 1953 (penúltimo ano do governo Vargas), houve um crescimento econômico de 4,7%, com o setor industrial crescendo 9,3%. Nesse mesmo ano, o setor de serviços apresentou estagnação e a agricultura cresceu muito pouco, 0,2% (resultado fraco devido à forte seca no Nordeste ocorrida naquele ano). Por fim, o crescimento do PIB entre 1951-55 foi de 6,7% a.a. e a formação bruta de capital fixo (como % do PIB a preços correntes) foi de 14,9%.



dois da Assessoria Ampla (Mário Pinto e Glycon de Paiva). A seguir é apresentada uma breve descrição do histórico dos selecionados e a justificativa do critério de seleção adotado.

O maranhense Ignácio Rangel e o baiano Rômulo Almeida nasceram no ano de 1914, e tinham formação em Direito, mas atuaram, sobretudo, no campo de trabalho dos economistas. Ambos eram autodidatas nesse terreno e aprenderam a economia muito mais pela ação prática. Tanto Rangel quanto Almeida eram nacionalistas, sendo que o primeiro era marxista (Castro, 2012) e o segundo foi fortemente influenciado pelo positivismo (Barbosa; Koury, 2012). Curiosamente, os dois participaram da Revolução de 1930, mas depois tornaram-se oposição a Vargas ao longo do seu primeiro governo (1930-1945).

O carioca Mário Pinto (nascido em 1907) e o mineiro Glycon de Paiva (nascido em 1902) tinham formação na área da Engenharia, mas também trabalharam intensamente no campo de atuação dos economistas (CPDOC).⁴ Segundo relato do historiador e estrategista Luis Fernando Silva Pinto (filho de Mário Pinto), os dois engenheiros tinham grande interesse no estudo das questões geoeconômicas e utilizavam os conhecimentos dessa área de forma funcional à própria defesa do processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro (Pinto, 2012).

A escolha de apenas quatro membros é justificada parcialmente pela questão da limitação de páginas do presente trabalho. Além disso, optou-se por escolher membros de duas alas diferentes da Assessoria Econômica, pois se considerou interessante trazer pessoas que apresentavam visões de mundo e formações profissionais diferentes, mas que em sua estrutura de pensamento tinham um objetivo final atrelado a um denominador comum, que era a superação do subdesenvolvimento brasileiro. É claro, que não podemos ignorar o fato de que existiam divergências em relação as formas a serem empregadas para se atingir esse objetivo final.⁵ Todavia, para o presente artigo optou-se por tentar traçar convergências e complementaridades entre os pensamentos desses intelectuais. Considera-se que esse esforço possa ser útil, inclusive, como uma forma de tentar compreender melhor a essência do pacto nacional traçado pelo varguismo.

Sobre a questão do pacto nacional varguista cabe, neste momento, fazer algumas observações. Como vimos na seção anterior, o segundo governo de Getúlio Vargas foi eleito com uma plataforma

⁴ Sobre o histórico de Glycon de Paiva: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/glycon-de-paiva-teixeira>. E sobre o de Mário Pinto: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/mario-da-silva-pinto-i>.

⁵ Sem esquecer, que mesmo dentro das próprias alas (no interior tanto da Assessoria Básica quanto da Assessoria Ampla) existiam divergências acerca das maneiras de se fazer a política nacional de desenvolvimento. Todavia, fuge ao escopo deste trabalho explorar essas divergências.



de campanha que enaltecia o nacionalismo e que prometia uma continuidade do legado de seu primeiro governo. Todavia, sabemos também que Vargas manteve certo grau de interlocução com grupos opositoristas – a correlação de forças da política não permitia que se ignorassem as demandas desses grupos. Esse mesmo tipo de problema também influenciou parcialmente na formação da própria Assessoria Econômica. Mesmo dentro dela haviam intelectuais mais ligados ao nacionalismo e outros que não simpatizavam com essa concepção – chamaremos essa concepção alternativa ao nacionalismo de cosmopolitismo. Um depoimento interessante acerca desse tema se encontra no trabalho de Marcos Costa Lima (2013); fazendo uma citação direta utilizando-se de depoimento de Rômulo Almeida ao CPDOC, o autor nos fornece a seguinte informação: “A nossa assessoria, que muita gente pensa que era somente de esquerda, tinha gente de direita também, tinha o Glycon de Paiva [...]” (CPDOC, 1982, *apud* Lima, 2013, p. 205). Logo na passagem seguinte, Lima (2013), afirma – ainda baseando-se no depoimento de Almeida – que tanto Glycon de Paiva como Mário Pinto foram colocados na Assessoria devido às composições políticas traçadas por Vargas.

Os aspectos que influenciaram na composição da Assessoria Econômica explicados anteriormente representam uma das formas de compreensão do critério de formação do grupo. Nós atribuímos que esse critério utilizado por Vargas tinha um componente político fundamental; todavia, ao traçar apenas a questão das composições políticas (dos acordos) desse governo de coalizão nacional estaríamos analisando o objeto de estudo em questão de forma incompleta. Para explicarmos isso, novamente, utilizaremos de outro depoimento de Rômulo Almeida, – este ao prefaciar o livro de Medeiros Lima (de 1975) sobre a trajetória de Jesus Soares Pereira – que pode ser uma interessante forma de complementação da fala anterior do próprio, pois trata das tarefas que eram incumbidas a Paiva e a Pinto. Segundo o primeiro chefe da assessoria esses “dois ilustres técnicos do DNPM assessoravam com informações minerais e tecnológicas”⁶ (Almeida, 1975, p. 18). Segundo Almeida, essas eram utilizadas de forma a auxiliar no desenvolvimento de projetos atrelados a questão energética.

Portanto, baseando-se nessas informações, podemos interpretar que a questão política atrelada à composição dos membros que fizeram parte da Assessoria Econômica não era apenas uma questão de acordos políticos (conchavos), e sim, também, a própria forma de tentar concretizar os objetivos nacionais a partir da política. Essa última (entendida como uma forma organizativa de meios para se

⁶ DNPM era a sigla utilizada para se referir ao Departamento Nacional de Produção Mineral, criado por Vargas no chamado Governo Provisório (1930-1934).



chegar a um fim) permitiu que pessoas qualificadas e aptas a atender demandas específicas do governo – que mesmo pensando de forma diferente em relação ao núcleo duro fixo do grupo (a chamada Assessoria Básica) – pudessem ser úteis na elaboração de projetos de fundamental importância para a montagem da estrutura de base, que sustentaria o processo de modernização industrial das décadas seguintes.

Outro ponto importante, que deve ser explicado nesta seção é que para entender as posições dos membros selecionados da Assessoria Econômica serão utilizados textos escritos por eles em outros momentos de suas vidas, ou seja, que não necessariamente devem refletir a mesma visão que os autores tinham quando eles integraram a Assessoria Econômica de Vargas.⁷ Seria impossível realizar este trabalho sem utilizar esse tipo de textos, pois no tempo em que integraram a Assessoria Econômica, os membros desse grupo, em geral, não publicaram artigos e documentos.⁸ A hipótese mais factível para explicar esse fato é que eles não tiveram tempo hábil para isso já que estavam ocupados com muitas tarefas de ordem prática. Além disso, também há de se destacar que até o ano, de 1950, o exercício da profissão de economista não era regulamentado no Brasil. A regulamentação só viria ocorrer em, agosto de 1951, por meio de lei sancionada pelo próprio presidente Vargas. O trabalho de Loureiro (2006, p. 348) sobre esse tema é esclarecedor; como afirma a autora:

Até o final dos anos de 1960, a formação profissional dos economistas fazia-se menos nas escolas de economia que se caracterizavam, de modo geral, por um ensino de má qualidade e pouco adequado às demandas do mercado de trabalho e mais nos organismos governamentais.⁹

Por último, destacamos que a metodologia de análise empregada na próxima seção busca observar o fenômeno do desenvolvimento de forma totalizante. A ideia é aplicar esse método de maneira a examinar a interrelação das variáveis associadas à questão do desenvolvimento socioeconômico, pois para nós esse tema não é algo apenas do campo da economia: existem outros fatores que também são de fundamental importância para a construção de uma unidade que alicerce

⁷ No momento, o único, que tomamos conhecimento de ter publicado algo sistematizado, muito próximo ainda de quando a Assessoria Econômica existia foi Ignácio Rangel. A obra intitulada como “*O Desenvolvimento Econômico no Brasil (1954)*” foi apresentada, em Santiago do Chile, no mesmo ano em que a Assessoria Econômica deixou de existir – não sabemos em que mês foi proferida a palestra que foi publicada em forma de livro. A Assessoria foi encerrada logo após a morte de Vargas, em 1954.

⁸ Ao mesmo tempo, essa imposição da realidade gera uma oportunidade interessante, pois será possível tentar demonstrar, que mesmo em outros períodos, a visão acerca do processo de desenvolvimento do país não abandonou ideias que já estavam circunscritas (de forma explícita ou implícita) nos tempos da Assessoria Econômica.

⁹ O DASP, o BNDE, a própria Assessoria Econômica de Vargas, entre outros exemplos que a autora cita em seu trabalho, são alguns dos organismos governamentais dessa época que serviram de escolas para muitas pessoas que atuavam como economistas apesar de não terem estudos formais na área.



o projeto nacional de desenvolvimento. Os valores e as tradições culturais de um povo consubstanciados em uma pedagogia nacional-popular têm grande importância na construção do processo de emancipação – iremos explicar melhor estes pontos mais à frente.¹⁰

A seguir se tentará descrever com maiores detalhes a leitura que os membros (selecionados aqui) fazem a respeito da complexidade envolvida na questão do desenvolvimento socioeconômico e o papel atribuído à política industrial diante desses desafios. O ordenamento das ideias apresentadas pelos membros selecionados segue um padrão, que procura demonstrar a conexão entre os objetos de estudo que os autores desenvolveram em suas obras. A busca por convergências é o cerne da próxima seção.

3. O desenvolvimento socioeconômico e o papel da política industrial: uma leitura a partir dos membros da Assessoria Econômica

Consideramos que é importante iniciar esta seção recordando um conceito básico, mas que é de grande importância: nos referimos à ideia de que o desenvolvimento socioeconômico dos países é dependente – em grande medida – dos recursos naturais que eles possuem, pois esses possibilitariam a criação de valor e riqueza. A nosso ver, o bom aproveitamento dos recursos é uma condição necessária, mas não suficiente, para se alcançar o desenvolvimento. Outra reflexão que fazemos aqui é a de que não basta possuir os recursos, pois é imprescindível também ter condições de proteger, explorar e utilizá-los soberanamente. As três condições levantadas relacionam-se com um conceito que Glycon de Paiva (1962) denomina como o poder de uma nação.

Segundo Paiva (1962), o poder total de uma nação pode ser destrinchado em quatro subníveis, que são: o poder militar, o poder econômico, o poder político e o poder psicossocial. Pode-se

¹⁰ Foge ao escopo deste artigo desenvolver de forma detalhada a questão dos valores e das tradições culturais. Todavia consideramos que é importante ressaltar a importância desses fatores para o processo de emancipação nacional. Na próxima seção ficará mais clara a conexão existente entre estes temas e a revisão teórica que fizemos (particularmente a que faz referência às ideias defendidas por Glycon de Paiva). Por último, gostaríamos de esclarecer que o conceito que chamamos de pedagogia nacional-popular foi a forma encontrada para nos referirmos ao tema da construção de um pensamento nacional que esteja fundamentado em uma análise crítica da historicidade do processo de edificação do Brasil. Consideramos que um povo que conhece bem seu passado tem condições de encarar melhor os seus desafios do presente. O principal desafio da atualidade (que é o mesmo de outras épocas) é encontrar as melhores maneiras para promover um esclarecimento para a população de que sem a defesa do interesse nacional não há país plenamente independente, nesse sentido, o nosso principal problema hoje é político (e não econômico). Portanto, o nacionalismo que trabalhamos aqui não tem fins imperialistas, na verdade é totalmente o contrário, ele é em sua essência anti-imperialista, pois defende um país que possa ser senhor absoluto do seu destino, sem que isso infrinja o direito de outras nações de atingirem o mesmo objetivo.



interpretar, baseando-se na argumentação de Paiva, que existe uma interrelação entre essas diferentes formas de poder. Vamos desenvolver este raciocínio: o poder militar permite ao país alcançar seus objetivos coletivos em direção ao desenvolvimento – está implícita na argumentação aqui a adoção da hipótese de que os militares nesse cenário estão associados aos interesses da nação. Também é necessário que o Estado conduza seu poder político na mesma direção de seus “objetivos nacionais permanentes” (p. 14). Por fim, também é importante destacar que muito próximo do poder político encontra-se o poder psicossocial; este último, na conceituação de Paiva, é um instrumento importante para que os membros da nação caminhem junto com o Estado na perseguição do desenvolvimento econômico e social soberano.¹¹ A nosso ver, aquilo que Paiva vê como poder psicossocial de um país envolve uma série de fatores que formam o sentimento de pertencimento de um cidadão à sua pátria. Dentre eles estão aqueles que citamos no final da seção anterior (os valores e as tradições culturais).¹² Portanto, tomando como base essas questões podemos argumentar que os países que dominam em sua plenitude essas esferas de poder detêm maior capacidade de conduzir seu projeto de desenvolvimento em direção à construção de um país soberano, que possa atender as mais legítimas necessidades de sua população.

Para o presente trabalho interessa explorar de forma mais detalhada a ideia de poder econômico. Segundo Paiva (1962), dentro do poder econômico encontra-se o poder mineral do país, ou seja, este representa uma fração do poder econômico.¹³ As outras frações desse poder são a

¹¹ Claro que o caminho da perseguição dos objetivos nacionais soberanos é muito difícil já que nessa caminhada estaremos diante de enormes antagonismos, contradições e de embates com poderosos interesses econômicos e políticos.

¹² Repare-se que nossa argumentação tem uma conexão com as ideias defendidas por Paiva (1962), pois para ele (e isso fica mais implícito em seu artigo) o poder psicossocial tem um forte vínculo com a questão da formação do pensamento nacional. O exemplo que ele cita como a grande expressão de poder psicossocial de sua época é a União Soviética. Paiva não era um entusiasta do comunismo, mas ele reconhecia que Vladimir Lênin havia conseguido transmitir suas ideias à população russa de forma exitosa. Dentre os principais preceitos do líder bolchevique encontra-se a tomada do poder político; para Paiva esses estavam reunidos no livro “*Que fazer?*”. De forma bastante resumida, lembremos que esta obra escrita por Lênin tinha como objetivo discutir questões acerca da revolução socialista, e nesse sentido, era mais um documento centrado em questões práticas do que teóricas. Paiva utilizando do livro de Lênin como exemplo – pois, para ele, o poder dos argumentos de Lênin continuavam fortes no imaginário popular, mesmo depois de bastante tempo desde a publicação da obra – desenvolveu uma retórica para defender a educação como o melhor meio para que o Brasil pudesse fortalecer seu poder psicossocial; para o engenheiro essa esfera de poder estava debilitada em nosso país. O que Paiva chama de educação, nós preferimos chamar de pedagogia nacional-popular no presente artigo; no fundo, estamos tratando de temas próximos, todavia essa pequena mudança conceitual foi necessária para que pudéssemos fazer algumas complementações na ideia desenvolvida pelo autor.

¹³ O autor acrescenta que um país de proporções continentais como o Brasil e com milhões de habitantes para serem alimentados e cuidados necessita se atentar as condições dos recursos naturais do país. Principalmente, “no caso, dos recursos não renováveis, e quase sempre não recuperáveis, como os do subsolo” (Paiva, 1962, p. 14). O engenheiro está concentrado principalmente em explorar questões, que estão ligadas as condições minerais do Brasil no estudo de sua época. Inclusive, Paiva (1962, p. 16) chega a afirmar que: “desenvolvimento econômico é apelo ao subsolo”.



atividade rural e a atividade industrial. O ideal, na visão do autor, é que um país consiga ser equilibrado nesses três níveis de atividade, pois (segundo ele) as economias dos países, que atingem o nível de equilíbrio nas três esferas tornam-se menos vulneráveis às variações da conjuntura. Ou seja, baseando-se nessa ideia podemos argumentar que as economias subdesenvolvidas que conseguissem atingir o nível de equilíbrio reduziram sua dependência em relação ao que ocorre nas economias dos países centrais.¹⁴ Além disso, elas também estariam mais preparadas para enfrentar adversidades do âmbito interno.¹⁵

O Brasil, no caso, é um país que poderia ser desenvolvido equilibradamente, isto é, ter grande produção industrial, agrícola e mineral, de forma equilibrada nas três esferas – o fator riqueza natural nos é bastante favorável. Todavia, como veremos a seguir, para que isso seja factível, é necessário que os governos brasileiros utilizem de ferramentas que possam auxiliar no enfrentamento dos desequilíbrios causados pelo próprio processo de desenvolvimento socioeconômico. Dessa maneira seria possível aproveitar melhor nossas grandes potencialidades. Além disso, a nosso ver, também é importante destacar (e lembrar), que o necessário esforço pela industrialização (a partir do aproveitamento de insumos minerais essenciais para o processo de transformação, via tecnologia) guarda estreita relação com a própria agricultura, pois a industrialização nos centros urbanos também é uma condição necessária para que a agricultura consiga se modernizar. Os avanços da química, da mecânica e da própria biologia alcançados nas grandes cidades são fatores impulsionadores para o aumento da produtividade no campo. Uma produção de alimentos mais eficiente também é funcional para atender uma maior demanda dos próprios centros industriais.

Levando em consideração os fatores descritos, consideramos que o Brasil (e todos os outros países, que desejam superar o subdesenvolvimento) devem dar prioridade a questão de como fomentar o poder econômico nacional, sem esquecer, que esse último depende também das demais relações de poder e da própria geoeconomia nacional. Portanto, esses elementos seriam indissociáveis. Como veremos, a seguir, para fomentar o poder econômico nacional necessitamos ter

¹⁴ Por exemplo, neste cenário de país desenvolvido equilibradamente, não seríamos tão vulneráveis a fatores estrangeiros que geram encarecimento dos produtos que importamos. Ao mesmo tempo, nos tornaríamos mais independentes em relação ao poder de compra de outros países, isto é, não ficaríamos tão dependentes da capacidade de importação de outras economias e das repercussões disso sobre a demanda dos produtos que exportamos. Ou seja, os países subdesenvolvidos que alcançassem o nível de equilíbrio das três esferas não poderiam mais ser considerados como economias periféricas, pois estariam próximos de um estado de autossuficiência.

¹⁵ As adversidades do âmbito interno guardam estreita relação com a questão dos desequilíbrios gerados pelo próprio desenvolvimento socioeconômico. A seguir, iremos tratar de forma mais detalhada este tema.



o Estado a nossa disposição e esse deve ser intervencionista em alguma medida. Ao mesmo tempo, o mercado também cumpre papel importante e deve ser utilizado de forma inteligente – reconhecendo suas falhas e vantagens. Uma cooperação eficiente entre o Estado e o mercado, do nosso ponto de vista, depende de um projeto nacional, que tenha como cerne principal o desenvolvimento estratégico do país.

Segundo Ignácio Rangel (2012 [1956]), as estratégias de desenvolvimento devem ser elaboradas utilizando-se das ferramentas de elaboração de planos e projetos. Sem a utilização desse ferramental a economia torna-se refém do imediatismo e da incerteza radical do mercado. Ele ainda acrescenta que os economistas a serviço do governo deveriam elaborar critérios científicos de prioridade da economia nacional, pois a partir da utilização desses seria possível se libertar do “grosso empirismo imediatista do empresário privado” (p. 255).¹⁶

A elaboração dos planos deve ser feito a partir do balanço da economia nacional¹⁷ a partir daqui será possível ao planejador indicar projetos que maximizem os benefícios diretos (e indiretos) da sociedade. Rangel está defendendo que o critério de custo e benefício deve ser pensado como uma finalidade social e não uma finalidade estritamente empresarial. Outro ponto interessante trabalhado pelo autor é a ideia de totalidade que o projeto deve ter, pois a maximização do benefício tem que referir-se, na medida do possível, a toda a vida do projeto, ou seja, não pode ficar limitada a um momento isolado. Agindo dessa maneira será possível evitar situações nas quais as expectativas se mostram ilusórias. Rangel (2012 [1956]) aqui está se referindo às frustrações do empresário privado, que geralmente se orienta pelo custo e benefício, esquecendo que essas análises “resultam dos preços vigentes antes do projeto” (p. 257). Ou seja, *a posteriori*, os empresários privados podem enfrentar situações nas quais suas expectativas se revelam ilusórias.

O balanço da economia nacional não se constitui como uma negação da expansão do setor capitalista; pelo contrário, o balanço permite sua potencialização. Portanto, o balanço da economia nacional é uma ferramenta à disposição do governo para que este possa se “antecipar às mudanças na estrutura da procura nacional durante o processo de crescimento” (Rangel, 2012 [1956], p. 258).

¹⁶ A argumentação de Rangel nesse trecho final parece estar embasada em uma interpretação da teoria de Keynes, ou seja, está se assumindo, que o investimento empresarial seja o componente mais volátil dos que compõem o PIB.

¹⁷ Balanço da economia nacional era uma expressão utilizada por economistas soviéticos. Segundo Rangel, esse termo seria um desdobramento dos esquemas de reprodução trabalhados por Marx no volume II do livro “*O Capital*”. “O balanço da economia nacional deve conduzir-nos por um caminho mais curto aos mesmos resultados que busca o empresário privado por sua ação empírica” (Rangel, 2012 [1956], p. 257).



Antecipar tais mudanças é interessante, já que a expansão do setor capitalista exigirá um aumento dos meios de produção para sustentar o processo de crescimento. Tal sustentação, nesse sentido, depende: de infraestrutura, isto é, meios de transporte pesados e cidades preparadas para alojar os trabalhadores, escolas com ensino técnico de qualidade, expansão de bens intermediários, matriz energética adequada, maquinário, e a “transferência de mão de obra para novas condições de vida, que implicam nova estrutura do consumo” (p. 259), e tudo isto exige a intervenção do Estado.¹⁸

Tendo em vista a importância da elaboração de planos e projetos, é crucial o papel desempenhado pelo Estado nessa trajetória. Aproveitando a oportunidade, consideramos que é importante recordar que o Estado brasileiro foi essencial ao longo de nossa história, pois ele contribuiu para o desenvolvimento das indústrias de base, para o investimento em infraestrutura e para o financiamento da economia nacional. Segundo Rômulo Almeida (2012 [1988]), todos esses são setores em que a iniciativa privada (nacional, internacional ou multinacional) não se interessa em aplicar plenamente seus recursos. É por isso que o Estado é imprescindível para o bom funcionamento da economia sendo que, no limite, ele mesmo poderá ter que efetuar os investimentos básicos; isso assume uma importância maior em uma economia subdesenvolvida como a brasileira.

Almeida descreve de forma muito clara a importância da intervenção do Estado na economia. Mas ele vai além disso, pois argumenta a respeito de outras funções que o Estado deve cumprir, que estão além da política econômica. Segundo Almeida (2012 [1988], p. 163), o Estado necessita cumprir também obrigações sociais: “educação, de alimentação básica, suprimentos e déficits alimentares, saúde, de suprimentos de insuficiências na habitação popular, de saneamento [...] até de transportes coletivos”. O ex-chefe da assessoria acrescenta que o cumprimento dessas obrigações não significa que o Estado deva se abster de participar do processo de “desenvolvimento material do país” (p. 163). Concordamos com essa ideia apresentada pelo autor, pois consideramos que o cumprimento dessas obrigações sociais só é factível em um cenário onde haja uma pujante criação de riqueza material no país, portanto, visando alcançar esse objetivo, cabe aqui a defesa de uma parceria eficiente entre o Estado e o mercado.

¹⁸ As medidas de sustentação citadas por Rangel são importantes para elevar a produtividade. Mazzucato (2014) também considera de fundamental importância tentar criar condições para se elevar a produtividade, nesse sentido, investimentos devem ser feitos pelo Estado para se atingir esse objetivo. Segundo a autora, isso é imprescindível para que tenhamos uma economia de caráter produtivista, geradora de lucros e receitas fiscais, que possibilitem manter o financiamento a áreas, como a saúde e/ou a educação.



Segundo Almeida (2012 [1988]), o Estado é o único que é capaz de ter um papel corretivo sobre o sistema econômico.¹⁹ Isso significa que o Estado tem o potencial de auxiliar no enfrentamento de problemas que são trazidos pelo processo de desenvolvimento econômico, isto é, estamos tratando aqui de desequilíbrios que o próprio processo traz. É importante, que fique claro, o desenvolvimento das forças produtivas é essencial para a superação do subdesenvolvimento, mas isso não significa que ele seja um processo “equilibrista”, e não concentrador de riqueza – é esse o alicerce principal da argumentação do autor. Pelo contrário, o desenvolvimento é um processo extremamente complexo. Tendo em vista tais dificuldades, cabe ao Estado o papel de coordenação, regulação e de amparo as atividades produtivas (Almeida, 2012 [1988]).

A relação entre o desenvolvimento da tecnologia e o Estado também é destacada por Almeida (2012 [1988]). Segundo o autor é necessário que o Estado preste auxílio, forneça recursos e condições para que as próprias empresas privadas façam pesquisas, já que o financiamento destas é uma atividade de risco, que a iniciativa privada, por si só, não costuma incorrer.

O fomento às pesquisas é de fundamental importância para países que buscam o desenvolvimento econômico, pois elas possibilitam descobrir e desenvolver novas tecnologias. No caso de uma inovação radical – baseando-se em Albuquerque (2019) – podemos argumentar que ela é capaz de desencadear enormes impactos sobre outros setores de atividade econômica. Esse encadeamento entre os setores pode auxiliar no fomento a outras atividades, que induzirão a oferta, a partir justamente das novas exigências de demanda dos demais setores.²⁰

Como presente em Cimoli *et al.* (2007), os frutos do progresso industrial são capazes de difundir externalidades a outros ramos da indústria. Existem efeitos de interação – ao longo dessa

¹⁹ Utilizando-se do papel corretivo do Estado sobre o sistema econômico poderia se evitar os erros cometidos no século XX, quando a modernização industrial do país ficou demasiadamente concentrada nas regiões Sudeste e Sul. Deve se considerar, por sua vez, que este processo concentrador poderia ter sido ainda mais agressivo, e que só não o foi, pois houve iniciativas tais como a criação do Banco do Nordeste do Brasil (1952) e de empresas como a Chesf (1945) (ambas idealizadas pelos governos de Vargas em períodos diferentes) que tiveram participação decisiva do Estado em sua criação, se constituindo como órgãos importantes do desenvolvimento regional, ainda que com limitações; também não devemos negligenciar as repercussões geradas pelas distintas diretrizes políticas dos demais governos, que assumiram o poder ao longo do tempo, sobre essas empresas.

²⁰ O impulsionamento da economia capitalista depende justamente da capacidade inovativa. Como argumentado por Schumpeter (1984, [1942]), esse impulso é de fundamental importância, pois ele mantém o funcionamento do sistema. Segundo Schumpeter (1984, [1942], n.p), a inovação da empresa capitalista possibilita a criação de “novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial”.



difusão – e esses “se dão por meio de variáveis globais do sistema, tais como a demanda agregada, a demanda industrial de insumos, ou os custos da busca” (p. 65).

Mário Pinto também apresenta uma visão interessante a respeito do processo de coordenação e planejamento econômico. Um dos exemplos, que o autor trabalha é o caso dos Centros Industriais (CI). O autor entende que estes atendem a diferentes motivações quando são implementados, mas que ainda assim existiria um denominador comum entre os distintos casos; de acordo com a revisão histórica feita pelo autor, todas as experiências de CI se estabelecem em uma estrutura final de arranjo físico onde se formam:

Uma série de facilidades que redundem, tanto para o empresário quanto para o poder público, em economias de escala nos investimentos infraestruturais – flagrantes – que justifiquem, para ambas as partes, taxas de retorno atrativas que conduzam e orientem investimentos na consecução de um Centro Industrial. Entenda-se aqui taxa de retorno não no seu sentido puramente empresarial, mas no seu lato sensu, empresarial e social (Pinto, 1991, p. 11, *grifo nosso*).²¹

Segundo Pinto (1991), o CI se constitui basicamente como um instrumento de planejamento.²² Entretanto, para que ele se efetive, necessita-se a ocupação, baseada em critérios racionais, de uma área bem definida, “à qual se associa um conjunto de motivações e providências indutoras de um processo de desenvolvimento industrial, harmonizado ao processo geral de desenvolvimento econômico da região” (p. 1).

Ao explicar com mais detalhes essa colocação, Pinto (1991), argumenta que o CI é um forte gerador de riquezas e por isso deve ser utilizado como uma poderosa arma de planejamento. Nesse sentido, ele pode auxiliar na correção de problemas de desigualdade social, por exemplo. A ocupação baseada em critérios racionais e a delimitação de uma área bem definida criam circunstâncias indispensáveis para que os empreendimentos industriais estejam em sintonia com um projeto físico, que permita que todas as condições inerentes a um processo de desenvolvimento industrial integrado sejam satisfeitas. Isto é, seria possível conduzir o processo, inclusive, de forma a não desperdiçar recursos e, ao mesmo tempo, não se abandonaria o objetivo de urbanização, pois este permite uma integração do homem ao meio de forma adequada. Com relação ao conjunto de motivações e

²¹ Repare-se que a taxa de retorno entendida em seu sentido amplo (empresarial e social) apresenta convergência com a visão de Rangel, conforme expusemos anteriormente. Outro ponto de afinidade teórica entre os dois autores é a questão do planejamento, – cada um expõe isso da sua forma e partindo de métodos diferentes de análise – pois para Pinto a implementação do CI somente ocorre por intermédio do planejamento, isto é, pela elaboração de um plano e da existência de condições previamente estabelecidas.

²² Como possíveis promotores do CI podemos citar: o governo central, o governo local, as cooperativas e consórcios, e as empresas privadas.



providências indutoras do processo de desenvolvimento industrial, o autor se refere, sobretudo, à questão da infraestrutura, – que obviamente tem que ser construída de forma adequada se essa não existir – a importância dos incentivos fiscais e o fornecimento de acomodações completas.

Por último, Pinto (1991), ao comentar sobre a questão da harmonização do progresso industrial ao processo de desenvolvimento econômico da região, está preocupado, principalmente, com possíveis conflitos com outros polos criadores de riqueza. Para evitar esse tipo de conflito, o CI deve funcionar seguindo uma análise que leve em consideração a complexidade da macrorregião na qual ele se enquadra. Portanto, deve-se levar em conta “o aproveitamento da potencialidade de recursos da região. Em última análise, pretende-se que o CI seja um fator positivo no desenvolvimento global da região, sem se constituir num ponto de fricção dentro das condições já existentes” (p. 2).

Por fim, Pinto (1991) pontua que o CI deve ser utilizado com sabedoria, pois nessa condição torna-se um excelente catalisador e/ou disciplinador. O autor também reconhece que apesar de importantes os CI não são ferramentas milagrosas de desenvolvimento econômico.

Conclusões

Vimos ao longo do artigo, que o pacto nacional varguista abrangeu um grupo heterogêneo em seu entorno. Isso ocorreu inclusive no próprio âmbito da Assessoria Econômica, pois essa foi composta por elementos nacionalistas e também por outros mais próximos de concepções cosmopolitas – sendo que esses também tiveram um papel relevante nas tarefas que eram atribuídas à Assessoria Econômica como um todo. Essa busca por convergências, que ocorreu na prática também por questões relacionadas à própria correlação de forças da política, está registrada na história e obteve resultados finais bastante satisfatórios. Tendo em vista que o aspecto prático e histórico serve como um ponto de referência para o presente trabalho, o que se tentou realizar, ao longo desse, foi demonstrar as linhas de convergência do âmbito teórico.

Portanto, percebe-se ao final, que é possível fazer uma leitura integrada das contribuições de Ignácio Rangel, Rômulo Almeida, Mário Pinto e Glycon de Paiva. A leitura integrada permite analisar as variáveis envolvidas no processo de desenvolvimento socioeconômico e o papel da política industrial, sem abandonar a busca da perspectiva de uma análise totalizante. Além disso, a leitura integrada possibilita a conciliação de elementos técnicos de análise (e de proposição) – levando em consideração também as especificidades geoeconômicas do Brasil – junto à noção de relações de



poder. Tal conciliação é de fundamental importância ao tratar de um tema tão complexo como o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A visão desenvolvida por Glycon de Paiva, enfatizando a noção do poder de uma nação, a ideia de desenvolvimento econômico a partir dos recursos do subsolo e o conceito de desenvolvimento equilibrado dos três setores (agrícola, mineral, e industrial), valoriza os recursos do subsolo, já que eles são um patrimônio do povo brasileiro. Além disso, reforça o conceito de que esses insumos essenciais devem ser utilizados prioritariamente no processo de transformação, pois a partir deles será possível a construção de infraestrutura, e também a geração de novas tecnologias, que irão favorecer a agricultura e a indústria. O desenvolvimento equilibrado dos setores mineral, agrícola e industrial permite que os requisitos de complementaridade entre eles sejam atendidos durante o “desequilibrado” processo de desenvolvimento, diminuindo os prejuízos trazidos pelas discrepâncias e insuficiências (de oferta e demanda) existentes entre os diferentes setores.

Nesse sentido, o desenvolvimento equilibrado entre os setores necessita da poderosa ferramenta de elaboração de planos e projetos por parte do governo. Ignácio Rangel indica que por meio dessa ferramenta será possível libertar-se do imediatismo e da incerteza radical do mercado. Assim seria possível utilizar de critérios científicos que priorizem a economia nacional, de forma, que esta gere também benefícios para a sociedade. Dentro da perspectiva de Rangel, encaixa-se também a proposta de Mário Pinto: o CI seria uma forma de coordenação e planejamento econômico, que valoriza a política industrial, sem esquecer a importância do entorno geográfico do centro. Os critérios racionais de Pinto aplicados à política industrial são de fundamental importância para a geração de riqueza material e não abandonam a perspectiva sustentável já que esses estariam sendo aplicados de forma a não desperdiçar recursos.

Por fim, o instrumento de elaboração de planos e projetos de coordenação, regulação e intervenção sobre a economia cabe ao Estado, como bem demonstra Rômulo Almeida. O Estado deve atuar na economia para realizar as correções necessárias. A noção de economia guiada por um mercado “autorregulado” leva a resultados insatisfatórios do ponto de vista social e não fomenta o poder econômico nacional na direção do desenvolvimento guiado pela busca por maior justiça social – ou como chamava Vargas, o regime de liberdade social.

As contribuições trazidas pelos membros da Assessoria Econômica selecionados para o presente trabalho obviamente ainda carecem de maiores investigações. Além disso, admite-se que



não são perfeitas e com certeza não cobrem todas as questões envolvidas em um processo de desenvolvimento socioeconômico, entretanto esse é um trabalho que adota uma metodologia aberta, portanto ele pode futuramente ser complementado com diversos outros trabalhos dos membros da Assessoria Econômica. Além é claro da possibilidade de utilizar outras abordagens, que possam melhorar a compreensão das obras desses intelectuais.

Referências Bibliográficas

ALBURQUERQUE, E. M. Capitalismo pós-www: uma discussão introdutória sobre uma nova fase na economia global. **Cadernos do desenvolvimento**, v. 14, n. 24, p. 131-154, jan-jun. 2019.

ALMEIDA, R. O papel do Estado: palestra Rômulo Almeida. Salvador, 22-4-1988. **Revista Brasileira de Administração Política**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 155-170, abr. 2012 [1988].

ALMEIDA, R. Prefácio. In, MEDEIROS LIMA: **Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação**. Um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Vargas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

BARBOSA, A. D. F; KOURY, A. P. Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, p. 1075-1113, dez. 2012.

CASTRO, M. M. Prefácio. In, RANGEL, I. : **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CASTRO, N. J. **O Economista: a história da profissão no Brasil**. Rio de Janeiro: Cofecon / Corecon-RJ/ Corecon-SP, 2001.

CIMOLI, M. *et al.* Instituições e políticas moldando o desenvolvimento industrial. Uma nota introdutória. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, vol. 6 (1), jan-jun. 2007.

CPDOC. Entrevista. Mário da Silva Pinto I. Fonte: Projeto “História da ciência no Brasil”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/mario-da-silva-pinto-i>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CPDOC. Glycon de Paiva Teixeira. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/glycon-de-paiva-teixeira>. Acesso em: 10 jun. 2021.

LIMA, M. C. A Assessoria Econômica do segundo governo Vargas e a construção do Estado brasileiro moderno. In: LIMA, Marcos Costa. **Os boêmios cívicos: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-54)**. Rio de Janeiro: E-Papers: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para O Desenvolvimento, 2013. 416 p.

LOUREIRO, M. R. A participação dos economistas no governo. **Análise** (UFRGS. 2006), v. 17, n. 2, p. 345-359, jul/dez. 2006.



MAZZUCATO, M. **O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público versus setor privado**, Editora Schwarcz, 2014.

NETO, L. **Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PAIVA, G. D. Condicionantes minerais da realidade brasileira. **Síntese Política Econômica Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 13-32, jan. 1962.

PINTO, L. F. S. Tio Glycon – Preto à lucidez geoeconômica. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, Ano XV, nº 59, p. 151-153, out/nov/dez. 2012.

PINTO, M. D. S. **Brasil: desafios geoeconômicos**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

RANGEL, I. “Desenvolvimento e Projeto”. In, RANGEL, I. : **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012 [1956].

RANGEL, I. “O desenvolvimento econômico no Brasil”. In, RANGEL, I. : **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012 [1954].

RIBEIRO, J. A. **A Era Vargas, volume 2**. Rio de Janeiro: Editora Folha Dirigida, 2014.

SANTOS, R. B. **A Assessoria Econômica da Presidência da República: Contribuição para a interpretação do segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954)**. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SCHUMPETER, J. **Capitalism, Socialism and Democracy**. Tradução brasileira: **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1984 [1942].

VIANNA, S. B; VILLELA, A. O pós-Guerra: (1945-1955). In: GIAMBIAGI, Fabio *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 21-44.